

Os Intocáveis

17-Nov-2009

OpiniÃ£o

Texto de MÃrio Crespo

Â

O processo Face Oculta deu-me, finalmente, resposta Ã pergunta que fiz ao ministro da PresidÃncia Pedro Silva Pereira - se no sector do Estado que lhe estava confiado havia ambiente para trocas de favores por dinheiro. Pedro Silva Pereira respondeu-me na altura que a minha pergunta era insultuosa.

Agora, o despacho judicial que descreve a rede de corrupÃÃo que abrange o mundo da sucata, executivos da alta finanÃsa e agentes do Estado, responde-me ao que Silva Pereira fugiu: Que sim. Havia esse ambiente. E diz mais. Diz que continua a haver. A brilhante investigaÃÃo do MinistÃrio PÃblico e da PolÃcia JudiciÃria de Aveiro revela um universo de roubalheira demasiado gritante para ser encoberto por segredos de justiÃsa.

O paÃs tem de saber de tudo porque por cada sucateiro que dÃ um Mercedes topo de gama a um agente do Estado hÃ 50 famÃlias desempregadas. Ão dinheiro pÃblico que paga concursos viciados, subornos e sinecuras. Com a lentidÃo da JustiÃsa e a panÃplia de artifÃcios dilatÃrios Ã disposiÃÃo dos advogados, os silÃncios dÃo aos criminosos tempo. Tempo para que os delitos caiam no esquecimento e a prÃtica de crimes na habituaÃÃo. Foi para isso que o primeiro-ministro contribuiu quando, questionado sobre a Face Oculta, respondeu: "O Senhor jornalista devia saber que eu nÃo comento processos judiciais em curso (...)". O "Senhor jornalista" provavelmente jÃ sabia, mas se calhar julgava que SÃcrates tinha mudado neste mandato. Armando Vara Ã seu camarada de partido, seu amigo, foi seu colega de governo e seu companheiro de carteira nessa escola de saber que era a Universidade Independente. Licenciaram-se os dois nas ciÃncias lÃ disponÃveis quase na mesma altura. Mas sobretudo, Vara geria (de facto ainda gere) milhÃes em dinheiros pÃblicos. Por esses, SÃcrates tem de responder. Tal como tem de responder pelos valores do patrimÃnio nacional que lhe foram e ainda estÃo confiados e que Ã forÃsa de milhÃes de libras esterlinas podem ter sido lesados no Freeport.

Face ao que (felizmente) jÃ se sabe sobre as redes de corrupÃÃo em Portugal, um chefe de Governo nÃo se pode refugiar no "no comment" a que a JustiÃsa supostamente o obriga, porque a JustiÃsa nÃo o obriga a nada disso. Pelo contrÃrio. Exige-lhe que fale. Que diga que estas prÃticas nÃo podem ser toleradas e que dÃa conta do que estÃ a fazer para lhes pÃr um fim. DeclaraÃÃes idÃnticas de nÃo-comentÃrio tÃm sido produzidas pelo presidente Cavaco Silva sobre o Freeport, sobre Lopes da Mota, sobre o BPN, sobre a SLN, sobre Dias Loureiro, sobre Oliveira Costa e tudo o mais que tem lanÃsado dÃvidas sobre a lisura da nossa vida pÃblica. Estes silÃncios que variam entre o ameaÃsador, o irÃnico e o cÃnico, estÃo a dar ao paÃs uma mensagem clara: os agentes do Estado protegem-se uns aos outros com silÃncios cÃmplices sempre que um deles Ã apanhado com as calÃsas na mÃo (ou sem elas) violando crianÃsas da Casa Pia, roubando carris para vender na sucata, viabilizando centros

comerciais em cima de reservas naturais, comprando habilitações para preencher os vazios humanos que a acultura deixou em aberto ou aceitando acções não cotadas de uma qualquer obscuridade empresarial que rendem 147,5% ao ano. Lida cá fora a mensagem traduz-se na simplicidade brutal do mais interiorizado conceito em Portugal: nos grandes ninguém toca.